RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE MEIO TERMO

[ENSINO]

Diretoria de Avaliação - DAV

16 e 17 de novembro de 2023

CAPES

Divulgação de informações da Área de Avaliação referentes ao Seminário de Meio Termo do quadriênio 2021-2024

Dados de 2021 e 2022

Coordenadora

Ivanise Maria Rizzatti – UFRR

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos

Márcia Cristina de C. T. Cyrino – UEL

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais

Giselle Rôças - IFRJ

Sumário

Apresentação 4

Considerações Gerais sobre o Seminário 5

Análise Geral e "Estado da Arte" da Área>..... 6

Dados Quantitativos e Qualitativos 8

Orientações e recomendações 11

ANEXO I – Lista de programas cujos coordenadores / representantes participaram do SMT 13

Apresentação

O Seminário de Meio Termo (SMT) teve como objetivo promover a integração dos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área de Ensino em torno das principais questões que envolvem a gestão, nas seguintes perspectivas: discussão e revisão do Documento de Área; discussão do processo de avaliação dos PPG da Área; apresentação de sugestões para as Fichas de Avaliação atual e Quadriênio (2025-2028); discussão de indicadores e estabelecimento de uma cultura de avaliação mais qualitativa do que quantitativa.

Durante os dois dias do Seminário de Área, estiveram presentes à sede da CAPES em Brasília 153 representantes dos 187 atuais programas de PG da Área, entre coordenadores e colaboradores e a coordenação de Área (lista ao final).

Em um clima de muita disposição em colaborar e em construir instrumentos de acompanhamento e avaliação cada vez mais sólidos e expressivos, todos participaram de plenárias e de grupos de trabalho para debater sobre os temas da pauta, e decidir sobre diretrizes a serem incluídas no Documento de Área para aperfeiçoá-lo. Além disso, houve grande interação e troca de informações na socialização dos relatórios dos oito grupos de trabalhos organizados pela Coordenação de Área e na discussão da nova Ficha de Avaliação para o Quadriênio (2025-2028).

Agradecemos a presença e participação de todos e convidamos a se manterem ativos nessa construção coletiva que está acontecendo na Área de Ensino, bem como, agradecemos a equipe da DAV que não poupou esforços em colaborar com a Área nos dias do SMT.

Considerações Gerais sobre o Seminário

Durante o SMT cada GT indicou um representante que fez uma breve exposição sobre os principais pontos, sendo aberto para o debate. As contribuições foram registradas por três coordenadores, convidados para assumirem a relatoria durante o evento. As sínteses produzidas por esses coordenadores contribuíram para a produção deste relatório. Além disso, foi disponibilizado um formulário online, até o dia 12 de dezembro de 2023, para que os participantes do SMT pudessem apresentar suas contribuições sobre as temáticas dos GTs. Todo o material gerado será utilizado como base para a construção do novo Documento da área de Ensino.

No primeiro momento do evento a coordenação fez uma apresentação sobre o panorama da área e a atual Ficha de avaliação, esclarecendo dúvidas e reforçando a necessidade de os PPG se atentarem para a necessidade de um trabalho colaborativo junto aos docentes e discentes na escolha e justificativas dos destaques a serem indicados no momento do preenchimento do relatório na Plataforma Sucupira.

No turno da tarde e no segundo dia, os coordenadores que puderam vir ao Seminário se envolveram na seguintes atividades: a) plenárias sobre temas da pauta a partir de relatórios elaborados pelos GTs; b) discussão dos grupos acerca da construção de critérios para escolha dos destaques, dando continuidade à atividade prévia organizada pela coordenação de área; c) discussão e votação da ficha de avaliação proposta para o Quadriênio 2025-2029.

Um formulário de (auto)avaliação foi disponibilizado para os coordenadores presentes, o qual foi organizado a partir de três eixos avaliativos: 1) o comprometimento da coordenação do PPG em relação às atividades propostas para o SMT; 2) o SMT; e, 3) o comprometimento da coordenação de área na organização e execução do SMT. Um ponto comum apontado pelos presentes, face ao tamanho atual da área de Ensino, foi o tempo disponibilizado pela CAPES de apenas dois dias, que não foi suficiente para que os debates e esclarecimentos pudessem ser feitos da melhor forma possível, sendo solicitada a ampliação para três dias em qualquer evento promovido pela CAPES para a área em questão.

Para o êxito do Seminário, destaca-se o encaminhamento antecipado para os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da Área do Documento de Área e das fichas de avaliação, para que pudessem discutir com os docentes de seu PPG e apresentar sugestões durante o seminário.

Apresentamos a seguir, a programação do SMT da área de Ensino.

16/11	Atividade	17/11	Atividade
09:00-09:30	Abertura do SMT pela coordenação	**09:00-10:00**	Plenária com apresentação dos GT 7 e 8
09:30-11:30	Ficha de Avaliação (2021-2024): Esclarecimentos, diagnósticos e discussões.	**10:00-10:15**	Intervalo
11:30–13:00	Almoço	**10:15-12:00**	Formação dos Grupos e debates
13:00-15:30	Plenária com apresentação dos GT 1, 2 e 3	**12:00-13:30**	Almoço
15:30–16:00	Intervalo	**13:30-16:30**	Discussão da Ficha de Avaliação Quadriênio (2025-2028)
16:00-17:30	Plenária com apresentação dos GT 4, 5 e 6	**1630–17:00**	Intervalo
17:30–17:50	Apresentação dos representantes dos Fóruns Nacional e Regionais	**17:00-18:00**	Encaminhamentos e Encerramento
17:50-18:30	Espaço de Discussão dos Fóruns	—	—
19:00	Jantar por Adesão	—	—

Análise Geral e "Estado da Arte" da Área

A área de Ensino é, por definição, interdisciplinar. Nas propostas interdisciplinares trabalha-se com concepção de integração de saberes, fortalecendo a interdependência entre as disciplinas, sua interação, comunicação de modo a buscar a articulação de conhecimentos e a investigação na interface dos campos envolvidos. Nesta direção, a interdisciplinaridade tem papel estratégico no sentido de estabelecer relações entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, entre ciência e arte, apresentando-se como um conhecimento que responde aos desafios de saberes complexos. Nessa lógica, a interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica partilhas teóricas e metodológicas entre duas ou mais áreas do conhecimento convergentes, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Isso pressupõe a geração de novos conhecimentos e novas disciplinas, para formar um profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. Nessa perspectiva, a área de Ensino incentiva a criação de programas de Pós-graduação com uma atitude interdisciplinar, valorizando: a) composições de corpo docente com formação ou atuação em diferentes áreas de conhecimento, que se proponham a pensar juntos as questões do ensino e que mostrem experiência integradora na pesquisa educacional; b) propostas curriculares de pós-graduação que privilegiem a integração entre campos disciplinares na formação docente e discente; c) ampliação das pesquisas que atuem com os processos educativos na perspectiva interdisciplinar; d) pesquisa de processos e produtos educacionais que avancem em direção ao ensino e à aprendizagem na perspectiva interdisciplinar.

A pandemia de COVID-19 promoveu impactos significativos em várias áreas da sociedade, incluindo o campo acadêmico e o desenvolvimento de pesquisas nos cursos de pós-graduação na área de Ensino, dentre os quais podemos citar:

1. As restrições de movimento e as medidas de distanciamento social dificultaram a coleta de dados presenciais. Pesquisas que dependiam de interações diretas, entrevistas pessoais ou observações em espaços formais, não formais e informais de ensino foram adiadas ou reconfiguradas para métodos remotos, levando a ampliações nos prazos de conclusão de projetos de pesquisa.
2. A migração forçada para o ensino online, o que pode ter impactado a forma como as pesquisas foram conduzidas. Os métodos de coleta de dados e a interação com os participantes precisaram ser ajustados para se adequarem ao ambiente virtual. Outro destaque refere-se ao fato de que os participantes das pesquisas foram afetados devido ao estresse adicional experimentado pelos professores, alunos e outros profissionais da educação durante a pandemia, o que acarretou alguns casos em menor disponibilidade ou disposição para participar dos estudos.
3. Enfrentamento a desafios únicos na área de educação, como a equidade no acesso à educação online, o papel das tecnologias educacionais e as estratégias de ensino remoto. Isso pode ter influenciado a ênfase em tópicos emergentes nas pesquisas, com pós-graduandos direcionando seus estudos para questões relacionadas as metodologias do ensino remoto, híbrido, EaD, adaptação dos professores ao ambiente online, impacto psicossocial da pandemia nos alunos, dentre outros.
4. As restrições de viagens e colaborações presenciais. Essas restrições impactaram na capacidade de os pesquisadores se envolverem em colaborações internacionais presencialmente. No entanto, observou-se que a troca de conhecimentos e experiências com grupos nacionais e internacionais, bem como a participação em disciplinas de outros PPG da Área, foram possibilitadas em função do ensino mediado por tecnologias. Assim, compreende-se que a crise também gerou oportunidades para inovação e colaboração.
5. A manutenção da saúde mental de todos os envolvidos em um curso de pós-graduação, com a necessidade de lidar com mudanças significativas na vida cotidiana e incertezas. Com o impacto no bem-estar geral, foi importante estimular a gentileza e a empatia a todo o instante.
6. Os cortes orçamentários em muitas instituições de ensino, afetando os recursos disponíveis para pesquisa. As bolsas de pesquisa atrasaram em alguns momentos, dificultando a manutenção dos discentes.

Do ponto de vista da avaliação dos programas há que se considerar que os principais impactos da pandemia serão observados no quadriênio em curso (2021-2024), sendo importante compreender que o tempo

médio de defesa não deverá ser considerado, bem como uma flexibilização em relação ao quantitativo médio, de no máximo, 10 orientandos/ano/docente permanente no SNPG (médio-máximo de 40 orientando no quadriênio) será realizada.

Em resumo, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios únicos para os pesquisadores na área de Ensino, ao mesmo tempo em que abriu novas oportunidades para explorar questões emergentes e repensar abordagens metodológicas. A adaptação a esses desafios e a incorporação das lições aprendidas podem moldar o futuro das pesquisas em educação pós-graduada.

- Análise dos quesitos da Ficha de Avaliação

Considerando que os coordenadores do PPG foram informados, desde o encontro de junho de 2023, que a ficha de avaliação para o quadriênio 2021-2024 será mantida em função do termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal e a CAPES, realizou-se uma consulta aos programas em forma associativa sobre alterações no quantitativo dos destaques desses PPG, de modo a garantir uma melhor representatividade de suas produções. Desse modo, foi proposto e aprovado por unanimidade, pelo 11 programas da área no formato associativo presentes no SMT, um aumento na quantidade de destaques.

Nesta direção, discutiu-se juntamente com os PPG da área a análise dos quesitos da ficha em uso para o Quadriênio (2021-2024), sendo acordado que não haveria mudanças em termos de pesos, itens e subitens utilizados na avaliação 2017-2020. A única mudança votada em plenária está relacionada ao número de destaques para os itens 2.1; 2.2.1; 2.3.2, 3.1.1 e 3.3.3 (apenas para modalidade profissional).

Para o item 2.1 foi sugerido que os PPG em forma associativa que tenham um polo indicarão cinco dissertações/teses; entre dois e cinco polos indicarão três dissertações/teses por polo; entre seis e 10 polos farão a indicação de duas dissertações/teses por polo; e PPG com mais de 10 polos indicarão uma dissertação/tese por polo.

No item 2.2.1, referente a produção indicada pelo PPG, envolvendo discentes e egressos, decidiu-se que os PPG que tenham apenas um polo indicarão dez produções; entre dois e cinco polos – indicar cinco produções por polo; entre seis e 10 polos, três produções por polo e aqueles com mais de 10 polos farão a indicação de uma produção por polo. Para os Programas acadêmicos, serão aceitas apenas produções bibliográficas (Livros, capítulos de livro, artigos em periódicos e trabalhos completos em eventos). Já para os Programas profissionais, estes deverão indicar 50% de produções bibliográficas (Livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e trabalhos completos em eventos), e 50% de produções técnicas, de acordo com as categorias elencadas no Documento da Área.

Em relação aos principais casos exitosos dos egressos no período de 2020 a 2024, referente ao item 2.3.2, os PPG que tenham um polo destacarão cinco egressos; entre dois e cinco polos indicarão três egressos por polo; entre seis e 10 polos destacarão dois egressos por polo; e PPG com mais de 10 polos indicarão um egressos por polo.

No item 3.1.1 referente as produções do ciclo avaliativo, PPG com um polo indicarão dez produções; entre dois e cinco polos, indicar cinco produções por polo; entre seis e 10 polos indicarão três produções por polo; e aqueles com mais de 10 polos, deverão indicar uma produção por polo. Os Programas acadêmicos deverão indicar apenas produções bibliográficas (Livros, capítulos de livro e artigos em periódicos), e os Programas profissionais, deverão indicar 50% de produções bibliográficas (Livros, capítulos de livros e artigos em periódicos), e 50% de produções técnicas, de acordo com as categorias elencadas no Documento da Área.

Por fim, o item 3.3.3 relacionado aos destaques dos processos/produtos educacionais (PE), o PPG com apenas um polo indicará oito PE; entre dois e cinco polos indicará três PE por polo; entre seis e 10 polos, indicará dois PE por polo; e os PPG com mais de 10 polos indicarão um PE por polo.

O aumento no número de destaques para os PPG na forma associativa contribuirá com uma amostragem maior em relação as ações realizadas pelos polos, demonstrando assim, seu impacto real e suas contribuições nos processos formativos na área de Ensino.

Dados Quantitativos e Qualitativos

Plataforma Sucupira - Anos base 2021 e 2022

No Quadriênio (2017-2020) foram avaliados 175 PPG, sendo 82 acadêmicos e 93 profissionais. A distribuição de notas entre os PPG acadêmicos e profissionais, são apresentados nas figuras 1 e 2, respectivamente.

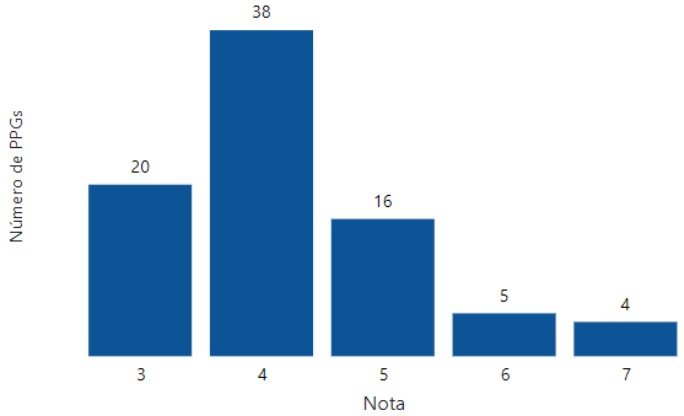

Figura 1 – Distribuição de notas entre os Programas de Pós-graduação, modalidade acadêmica, da área de Ensino. Fonte: SIAPG, 2023.

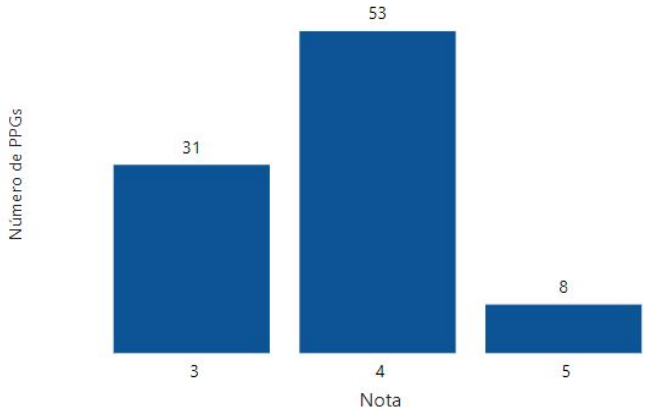

Figura 2 – Distribuição de notas entre os Programas de Pós-graduação, modalidade profissional, da área de Ensino. Fonte: SIAPG, 2023.

Na tabela 1 é apresentada a evolução de nota entre os PPG acadêmicos e na tabela 2, as notas dos PPG profissionais nos últimos três quadriênios.

Tabela 1 – Comparação entre os resultados das Avaliações Quadrienais 2013, 2017 e 2022 – Programas Acadêmicos.

Período	2009-2012	2013-2016	2017-2020

Nota 7	0	1	4
Nota 6	4	5	5
Nota 5	10	11	16
Nota 4	13	22	38
Nota 3	7	28	20
Nota 2	0	0	0
Nota 1	0	0	0
Total	34	67	83

Tabela 2 – Comparação entre os resultados das Avaliações Quadrienais 2013, 2017 e 2022 – Programas Profissionais.

Período	2009-2012	2013-2016	2017-2020
Nota 7	0	0	0
Nota 6	0	0	0
Nota 5	1	2	10
Nota 4	6	14	1
Nota 3	22	22	31
Nota 2	0	1	0
Nota 1	0	0	0
Total	29	39	92

A área de Ensino possui atualmente 187 programas de pós-graduação, estando presente em quase todos os estados brasileiros, exceto o Piauí e o Amapá. São 83 cursos na modalidade acadêmica e 92 cursos na modalidade profissional, dentre os quais 11 são aprovados em forma associativa e/ou rede. A figura 1 apresenta alguns dados importantes sobre o panorama da área no que tange os dois primeiros anos do quadriênio em curso (dados retirados do SIAPG).

Figura 1 - Panorama da Área de Ensino em relação a coleta de dados dos anos 2021 e 2022.
Fonte: SIAPG, 2023.

Do ponto de vista da titulação, é possível identificar que em todos os cursos o quantitativo maior de titulação é composto por mulheres (Figura 2), em sua maior parte professoras da Educação Básica. As mulheres também compõem a maioria dos docentes permanentes dos PPG, ainda que por pouca diferença. Entretanto, esta realidade é distinta quando observamos o quantitativo dos projetos de pesquisa, os quais são coordenados principalmente por homens. Este cenário vem sendo estudado como o Efeito Tesoura (Figura 3), um fenômeno que exclui ("corta") mulheres-doutoras de ocupar postos importantes na ciência, como docentes em PPG, coordenadoras de projetos com financiamento, chefes de laboratórios, mesmo que sejam capacitadas para ocupar tais cargos. Esse efeito não possui causa única, é uma combinação de fatores, incluindo o sentimento de pertencimento de mulheres ao mundo da ciência, o recrutamento feminino para a pós-graduação, o impacto da maternidade no currículo, a disponibilidade de vagas nos programas, entre outros.

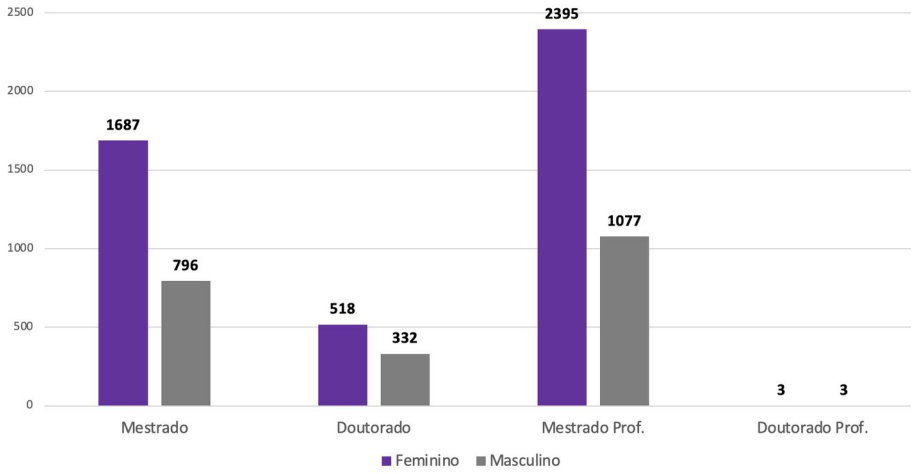

Figura 2 - Distribuição de gênero em relação ao número de concluintes por curso e modalidade declarados no Coleta dos anos 2021 e 2022. Fonte: SIAPG, 2023.

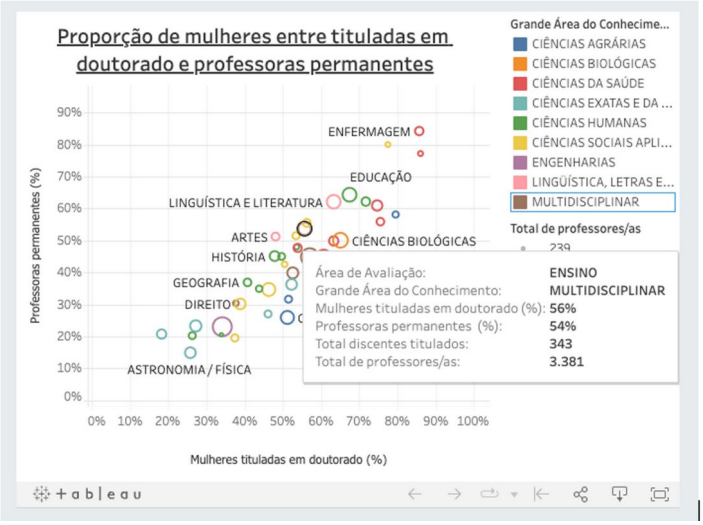

Figura 3 - Proporção de mulheres que se titularam em cursos da área de Ensino em relação ao número de docentes permanentes cadastradas durante a Quadrienal 2021. Fonte: GEEMA (UERJ).

Orientações e recomendações

Os programas de pós-graduação no Brasil, desde 2002, vêm adotando ações afirmativas no sentido de promover o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos cursos de mestrado e doutorado. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas, garantindo a ampliação das políticas de inclusão de pessoas negras (pretas e pardas) no Ensino Superior. Por sua vez, o MEC, por meio da Portaria nº13/2016, estabeleceu que as instituições federais de ensino superior deveriam apresentar propostas para a inclusão de pessoas pretas e pardas, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, como políticas de ações afirmativas.

Nesta direção, os PPG da área de Ensino devem descrever as políticas institucionais e as ações voltadas para políticas afirmativas de inclusão e acessibilidade no processo seletivo para admissão e permanência dos discentes, as boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência, bem como, na inclusão de professores e professoras com um olhar para a equidade de gênero e étnico-racial. Dessa forma, a área recomenda que os PPG, sempre que possível, considerem: I – a paridade de gênero, da diversidade de etnia e raça, e a inclusão de pessoas com deficiência no corpo docente do programa; II – a paridade de gênero na composição das comissões julgadoras das defesas de Dissertações e Teses e nas coordenações e comissões do programa, sendo importante considerar também a paridade na representação discente; III - a ampliação da diversidade de etnia, raça e a inclusão de pessoas com deficiência na composição das comissões julgadoras das defesas de Dissertações e Teses e nas comissões/coordenações do programa. Na ausência dessas políticas institucionais, a área orienta que seja indicado um plano para a sua adoção.

Adicionalmente, considerando as dificuldades para a carreira acadêmica decorrentes da maternidade, paternidade, seja em família biológica, afetiva ou por adoção, e que estes períodos muitas vezes coincidem com a formação na Pós-graduação e início de carreira docente, a área estimula que nos regimentos dos Programas sejam previstas alternativas para: I - Reconhecer e apoiar a licença maternal/parental de discentes; II – Considerar a licença maternal/parental de docentes na produtividade do período, assim como criar regras claras para, por exemplo, prorrogar por 1 (um) ano o (re)credenciamento no Programa das(os) orientadoras(es) nesses casos; III - Considerar as necessidades discentes nos períodos pré e pós-gravidez, como a possibilidade de atividades remotas, e a observação de critérios claros que permitam a prorrogação de prazos de defesas e entrega de documentos finais.

Na direção de enfrentar as assimetrias locais e regionais na área de Ensino, as propostas de APCN provenientes de estados que ainda não possuem cursos de Mestrado ou em regiões afastadas dos grandes centros e com dificuldades de acesso, será admitido corpo docente com no mínimo oito docentes permanentes, todos doutores e com carga horária mínima de dedicação de 10h semanais às atividades do Programa. Também serão admitidos que até 20% do corpo docente permanente indique no mínimo três produções intelectuais, sendo três bibliográficas para a modalidade acadêmica e duas bibliográficas e uma técnica para modalidade profissional, com aderência à área de Ensino. É esperado que, com a aprovação de programas nessas regiões, progressivamente o PPG se desenvolva e alcance o número de 10 (dez) docentes permanentes em até quatro anos após a sua implantação. São fortemente incentivadas cooperações e ações de solidariedade entre as instituições com estratégias para colaborar na criação e fortalecimento de programas em regiões carentes de cursos Stricto Sensu.

A CGAN/DAV esclareceu pontos cruciais sobre os projetos de Cooperação Institucional, especialmente em relação à abertura de turmas em campi diferentes daquele inicialmente aprovado. Destacou-se a existência da Portaria 120/2023, que regulamenta as propostas de cooperação institucional (PCI). É imperativo seguir essa normativa, que proíbe a oferta de turmas fora da sede sem a submissão e aprovação nos editais de PCI. Em caso de aprovação, as turmas de PCI devem atender a demandas específicas em um período determinado, com a

necessária supervisão da Área de Ensino e da Capes para assegurar a qualidade da oferta, especialmente em relação às condições iniciais do programa aprovado pela Área.

Assim, os coordenadores foram informado que os PPG que oferecem turmas em outros campi sem a devida aprovação via edital PCI estão em situação irregular. Isso pode acarretar diversos problemas, incluindo sobreposição com outros cursos em funcionamento regular. O alinhamento com as normativas vigentes é crucial para manter a integridade e qualidade dos programas de pós-graduação.

Os debates sobre as assimetrias locais e regionais, bem como as ações afirmativas, foram ressaltados, sendo considerada essencial a inclusão desses pontos na proposta do curso e no seu planejamento estratégico. Outro aspecto relevante abordado foi o risco de sobreposição temática entre programas em regiões próximas, o que pode gerar competição entre eles. Para evitar esse cenário, os cursos devem evitar sombreamentos e atentar para garantir aderência ao escopo da área, evitando conflitos e promovendo a complementaridade. Assim é fundamental que os programas compreendam a área em sua totalidade, considerando a demanda local e regional, para definir de maneira clara a identidade, missão, objetivos e perfil do egresso.

Foi indicado que os programas incluam em seus planejamentos estratégicos as políticas institucionais e as ações do Programa voltadas para políticas afirmativas de inclusão e acessibilidade no processo seletivo para admissão e permanência dos discentes, as boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência, bem como, na inclusão de professores e professoras com um olhar para a equidade de gênero e étnico-racial. Dessa forma, a área recomenda que, sempre que possível, considerem: I – a paridade de gênero, da diversidade de etnia e raça, e a inclusão de pessoas com deficiência no corpo docente do programa; II – a paridade de gênero na composição das comissões julgadoras das defesas de Dissertações e Teses e para as coordenações e comissões do programa, sendo importante considerar também a paridade na representação discente; III - a ampliação da diversidade de etnia, raça e a inclusão de pessoas com deficiência na composição das comissões julgadoras das defesas de Dissertações e Teses e para as comissões/coordenações do programa. Na ausência dessas políticas institucionais, a área orienta que seja indicado um plano para a sua adoção. Adicionalmente, considerando as dificuldades para a carreira acadêmica decorrentes da maternidade, paternidade, seja em família biológica, afetiva ou por adoção, e que estes períodos muitas vezes coincidem com a formação na Pós-graduação e início de carreira docente, a área estimula que nos regimentos dos Programas sejam previstas alternativas para: I - Reconhecimento e apoio à licença maternal/parental de discentes; II – Considerar a licença maternal/parental de docentes na produtividade do período, assim como criar regras claras para, por exemplo, prorrogar por 1 (um) ano o (re)credenciamento no Programa das(os) orientadoras(es) nesses casos; III - Observar as necessidades discentes nos períodos pré- e pós-gravidez, como a possibilidade de atividades remotas, e a observação de critérios claros que permitam a prorrogação de prazos de defesas e entrega de documentos finais.

Outro tópico debatido e que gera dúvidas é a composição das bancas de defesa final. O documento da Área já apresenta as orientações mínimas, compreendendo que os membros externos ao PPG podem ser da mesma instituição. Entretanto, em regiões em que há muitos programas e com a possibilidade de bancas remotas é importante que a composição de membros internos e externos seja o mais diversa e contemple a temática e exigências das modalidades. A indicação dos membros da banca deve guardar relação com a temática do trabalho, considerando a experiência e possíveis contribuições desses membros, não sendo necessário que somente pessoas com a mesma formação básica sejam indicadas. Na Área de Ensino essa caraterística interdisciplinar deve ser considerada.

Quanto ao ensino mediado por tecnologia, as disciplinas podem ser ministradas por videoconferência ou outro recurso remoto até o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, desde que seu tema e conteúdo permitam essa estratégia de ensino. Nos casos de programas multicampi em forma associativa ou em rede, é permitido até o limite máximo de 30% (trinta por cento), desde que justificadas e com a participação presencial de um docente na sala de recepção. Todas as atividades, incluindo as disciplinas deverão ocorrer no formato síncrono, e devem ser descritas estratégias para a comprovação e acompanhamento destas atividades. Esta compreensão da Área está descrita no APCN de 2023, entretanto há um grupo de trabalho que apresentou um relatório no SMT e que está em fase final de inclusão sugestões pelos programas.

Este relatório sintetiza as principais discussões realizadas pelos grupos de trabalho e no seminário de meio termo, sendo essenciais para a composição do documento de Área que está em fase de elaboração e que incorporará as compreensões coletivas dos programas da Área de Ensino.

ANEXO I – Lista de programas cujos coordenadores / representantes participaram do SMT

SIGLA PPG	SIGLA IES
MPPEB	CP2
PUS/CME	EEAAC/UFF
PROCISA	FADIP
MPES	FICSAE
PPGEBS	FIOCRUZ
PECS	FPP
MPEEAS	FPS
PPG	FUPF
PPGECIM	FURB
PPGEC	FURG
PPGECE	FURG
PPGEDV	IBC
PPGCIMES	IES
EDUCIMAT	IFES
PPGEH	IFES
PROFEPT	IFES
PPGECM	IFG
PPGEN	IFMT
PROPEC	IFRJ
ENCIMA	IFSP
PPPGCITED	IFSUL
EDM	PUC-SP
PPGECIMA	UCS
PPGECMT	UDESC
PPGEC	UEA
MPASTRO	UEFS
PPGENM	UEFS
PPEC	UEG
PECEM	UEL
PPGES	UEMS
PROFECM	UEMS
PPGEN	UENP
PPGEECA	UEPA
PPGEEI	UEPA
PPGESA	UEPA
PPGECEM - PROF	UEPB
PPGECEM-ACAD	UEPB
PPGECEM	UEPG
PPGSTEM	UERGS

PPGEAS	UERJ
PPGEB	UERJ
PPGE	UERN
PPGEC	UERR
PPGECFP	UESB
PPGEN	UESB
PPGECM	UEWC
PEHCM	UFABC
MPECIM	UFAC
MPES	UFAL
PPGECIM	UFAL
PPGEFOP	UFAL
PPGECH	UFAM
PPGECIM	UFAM
PPGEFHC	UFBA/UEFS
ENCIMA	UFC
PPGENSAU	UFCSPA
PPGEEB	UFES
PPGEEDUC	UFES
PPGENFIS	UFES
CMPDI	UFF
PGCTIN	UFF
PPECN	UFF
PPGEN	UFF
PPGEC	UFFS
PPGECM	UFG
PPGEEB	UFG
PPGES	UFG
PPGECMAT	UFGD
PPGEM	UFJF
PPGECEM	UFLA
PPECEM	UFMA
PPGEDUMAT	UFMS
PPGECM	UFMT
PPGECN	UFMT
PPGECIMAT	UFN
PPGEHL	UFN
PPGECIM	UFNT
MPEC	UFOP
PPGEDMAT	UFOP
PPGDOC	UFPA
PPGECEM REAMEC	UFPA
PPGECM	UFPA

PPGECM	UFPE
PPGEDUMATEC	UFPE
PPGECM	UFPEL
PPGEMAT	UFPEL
PPGECEMTE	UFPR
PPGECM	UFPR
PPGECID	UFRB
PPGEMAT	UFRGS
PPGENFIS	UFRGS
PPGQVS	UFRGS/UNIPAMPA/UFSM
PEMAT	UFRJ
PEQUI	UFRJ
MPEENSA	UFRN
PPGEC	UFRPE
REDECIM	UFRR
PPGECIMA	UFS
RENOEN	UFS
PPGER	UFSB
PPGECT	UFSC
PPGEDCM	UFSCAR
PPGEMEF	UFSM
PPGECS	UFT
PPGECM	UFU
MPECM	UFV
PPGECMAT	UFVJM
PPGECIM	ULBRA
PPGMSE	UNAERP
PPGEDUC	UNB
MEST	UNCISAL
PPGELS	UNEB
PPGECII	UNEMAT
PPGECM	UNEMAT
PPG-EPF	UNESP
PPGEDC	UNESP
PPGEM	UNESP
PPIFOR	UNESPAR
PRPGEM	UNESPAR
PPGECS	UNIAN
EHCT	UNICAMP
PECIM	UNICAMP
PPGEN	UNICENTRO
MESTED	UNICHRISTUS
PPGEC	UNICSUL

PPGECM	UNICSUL
MECMAT	UNIDERP
PECMA	UNIFESP
PPGECS	UNIFESP
PPGESIA	UNIFESP
PPGECM	UNIFESSPA
MECSMA	UNIFOA
PPGEF	UNILAB-IFCE
MEPESA	UNILEÃO
PPGPDEF	UNIMES
MPGPE	UNINCOR
PPGECEM	UNIOESTE
PPGEN	UNIOESTE
PPGEC	UNIPAMPA
PGECN	UNIR
PPGEM	UNIR
PPGECE	UNIVATES
PPGENSINO	UNIVATES
PPGENCT	URI
MPIESS	USCS
FIS	USP
PPGECT	UTFPR
PPGEN	UTFPR
PPGFCET	UTFPR
PPGMAT	UTFPR

Documento assinado digitalmente
IVANISE MARIA RIZZATTI
Data: 19/12/2023 14:11:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Coordenadora

Ivanise Maria Rizzatti - UFRR

Documento assinado digitalmente
MARCIA CRISTINA DE COSTA TRINDADE CYRINO
Data: 18/12/2023 18:33:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos

Márcia Cristina de C. T. Cyrino - UEL

Documento assinado digitalmente
GISELLE ROCAS DE SOUZA FONSECA
Data: 18/12/2023 16:07:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais

Giselle Rôças - IFRJ